

CIÊNCIA

CÉLULAS-TRONCO

Questão de vida e morte

Cientistas dizem que discussão é filosófica e defendem estabelecimento de norma

Roberta Jansen

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) que julgam amanhã a legalidade das pesquisas com células-tronco embrionárias no país devem buscar um marco técnico para a questão e não tentar determinar do ponto de vista biológico quando a vida começa, sugerem cientistas. Eles argumentam que é extremamente difícil definir o início da vida e que, no caso específico, é improdutivo.

Os especialistas lembram que até os anos 60 a morte era definida no momento da parada cardíaca. Hoje, ela é determinada pela morte cerebral. Essa definição foi alterada

apenas pela necessidade de se manter órgãos viáveis para transplante. Da mesma forma, argumentam, é preciso criar um marco técnico para o uso de embriões em pesquisa e não ficar debatendo o início da vida.

— Essa discussão é contraproducente, não leva a lugar nenhum — afirma o neurocientista Stevens Rehen, presidente da Sociedade Brasileira de Neurociência e pesquisador da UFRJ. — A definição depende muito da formação religiosa e cultural de cada um. E mesmo dentro da ciência há divergências em vários pontos cruciais e importantes.

Para o geneticista Sérgio Danilo Pena, trata-se de uma questão insolúvel.

— Do ponto de vista filosófico é absolu-

tamente impossível definir isso — diz. — Acho patético que se precise de uma definição do Supremo para isso. É triste essa ausência de separação entre Estado e Igreja. A comunidade científica deveria se auto-regular nesses assuntos.

O presidente da Sociedade Brasileira de Genética Médica, Salmo Raskin, concorda com os colegas e vai além:

— Não deveriam ficar tentando identificar quando começa a vida, adivinhando se é no décimo ou no décimo quarto dia após a fecundação. Talvez seja melhor ter a coragem de determinar até que ponto uma vida em potencial poderia ainda ser sacrificada pelo benefício de outras. Já que ninguém conse-

gue definir mesmo, acho essa saída menos hipócrita, menos casuística.

Além disso, afirmam, a discussão cai no vazio porque os únicos embriões cujo uso é permitido em pesquisa pela Lei de Biossegurança são aqueles descartados por clínicas de fertilização.

— Esse uso já foi legitimado pela sociedade por meio da fertilização *in vitro* que requer a existência dos embriões excedentes, que vão para o lixo de qualquer forma — afirma Stevens Rehen.

Raskin lembra que nunca se discutiu a questão no caso da reprodução assistida e ninguém sabe sequer quantos embriões descartados existem nas clínicas. ■